

26 MAR 1998

Um grande salto para frente (1)

Economia
Brasil

COM A MUDANÇA DA GEOGRAFIA ECONÔMICA, QUAIS AS OPÇÕES DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO PARA O BRASIL?

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO

A estagnação do Japão nos anos 90 e o crescimento problemático dos tigres asiáticos nesta virada do século chamam a atenção para um fato novo que tem profundas implicações para a estratégia econômica brasileira do próximo mandato presidencial: o crescimento econômico dos gigantes modificará a geografia econômica das primeiras décadas do próximo século. As vésperas da campanha para as eleições presidenciais, espera-se que o eleitorado brasileiro seja exposto a propostas que constituam opções para a estratégia de crescimento econômico a que aspira o País, depois de mais de uma década de estagnação econômica e inflação elevada. O objetivo desta série de três artigos é examinar o contexto no qual serão discutidos o projeto de crescimento para o Brasil. A exemplo de outros países, constroem-se as condições para reproduzir uma década semelhante ao que Mao Tsé-tung denominou o grande salto para frente, quando encarou a necessidade de crescimento da China como requisito fundamental para a preservação da unidade nacional.

Alguns fatos deste final de século que apontam para uma perspectiva de crescimento vigoroso das economias continentais têm que ver com as reformas em andamento na China, Índia, Rússia e no Brasil, que podem mudar radicalmente a natureza dos incentivos econômicos nessas economias. A Indonésia poderia ser candidata a formar esse time, mas as condições atuais sugerem que possa ter de esperar mais tempo até que seus problemas econômicos possam ser equacionados de forma politicamente viável, pois hoje as rupturas que ocorrem em sua economia ameaçam sua integridade como nação.

Como denominou Mao Tsé-tung, crescer é requisito fundamental para preservar unidade nacional

Uma característica comum a essas economias de grande porte é que a viabilidade econômica da solução autárquica tem sido um obstáculo quase permanente à absorção de tecnologia e sua transformação em elevação efetiva da produtividade do trabalho. Através da história, sob diferentes regimes políticos e justificativas ideológicas diametralmente opostas, os governos desses países têm sido levados a aumentar a proteção comercial, seja no intuito de crescer mais rapidamente, oferecendo altos lucros e baixos riscos aos setores escolhidos

como motor do crescimento, seja oferecendo orgulho nacionalista para alimentar a construção de poderio militar. Em alguns casos, as duas motivações da estratégia autárquica andam juntas. Anos de proteção comercial têm o efeito de bloquear o funcionamento da competição pela via dos mais variados mecanismos de coalizão entre as burocracias centrais e os gestores de projetos, sejam eles baseados ou não na propriedade privada.

O efeito líquido dos mecanismos de sobrevivência encontrados pelo crescimento protegido é multifacetado, mas reconhecível nas várias estruturas de decisão de investimento, de produção e de financiamento adotadas. Na tentativa de coordenar investimentos e buscar escalas econômicas, termina-se por eliminar o risco da análise de projeto. Cria-se mecanismos de absorção dos erros pela via dos gastos públicos sem cobertura de impostos, em um processo de diluição social-dos resultados, negativos, sejam eles frutos dos projetos, sejam de realização ou de mudanças das condições externas. O fundamental é que os erros são absorvidos e não produzem, tipicamente, nenhum aprendizado. As garantias de sucesso e a estatização dos

prejuízos impedem as renovações e os descartes propiciados pela falência dos empreendimentos mal-sucedidos que constituem talvez o principal benefício do sistema capitalista. Ocorre, no modelo do crescimento protegido, uma substituição da iniciativa criadora que impulsiona a descoberta de oportunidades para investimento pela astúcia no envolvimento do Estado em projetos que encantam os burocratas e justificam a abertura dos cofres públicos. Com o tempo, os próprios empreendimentos que resultam dos projetos tornam-se instrumentos de autoperpetuação das estruturas de gestão que os criaram e passam a voltar-se essencialmente para a proteção da teia de interesses armada entre sócios de direito e de fato das empresas geradas.

O formato específico varia de país para país, e o mesmo modelo compatível com formas variadas de tolerância com a propriedade privada e receptividade ao capital estrangeiro. Os países pequenos que entraram em colapso na crise atual têm escassos recursos naturais e um mercado interno potencial insuficiente mesmo para oferecer a ilusão de escalas economicamente lucrativas, caso a produção fosse voltada para o mercado interno. Assim naquele caso, o desenvolvimento protegido obrigava ao esforço exportador, enquanto o crescimento das exportações justificava a necessidade de financiamento externo produzida. Enquanto houver confiança, há financiamento. Nos países continentais, a ilusão das escalas viáveis tende a encorajar a proteção do mercado interno, o que na maioria das vezes é feito à custa de uma grande ginástica para acomodar preços relativos absurdos do ponto de vista da indicação da escassez. Distorções que são amenizadas por inflação, preços administrados e controles burocráticos do abastecimento.

A recuperação vigorosa do crescimento do comércio internacional, evidenciada pelo crescimento

de 9,5% para as exportações mundiais em 1997, constituía antes dos efeitos da crise asiática um notável incentivo para o prosseguimento das reformas. O crescimento do comércio ajuda economias pequenas, mas as impele a um grau de especialização que tende a concentrar riscos, o que pode provocar círculos perversos de queda de exportações e queda de financiamento em tempos de crise de confiança. Nas economias grandes, a absorção das vantagens propiciadas pela abertura vem pelo aumento da produtividade forçado pela concorrência das importações. Um círculo virtuoso de crescimento econômico é definido pela necessidade de exportar para viabilizar a expansão das importações impulsionada pela abertura comercial. A disponibilidade de financiamento externo, neste caso, ao permitir que haja menor sacrifício do consumo para que o aumento do investimento seja compatível com maiores taxas de crescimento econômico, ajuda a enraizar a abertura comercial. Mas sua continuidade requer que exportações cresçam. As fontes do crescimento neste caso implicam generalizar efeitos benéficos da competitividade pela produção mais barata para o mercado interno, para competir com importações.

As reformas em andamento nesses países têm assim um potencial imenso de energia produtiva a ser liberada pela realocação do uso de fatores, que, por si, é capaz de produzir crescimento econômico vigoroso. A trajetória a ser seguida pelas reformas, entretanto, vai definir até que ponto estarão sendo montadas estruturas coerentes de incentivos ao investimento e à poupança, de modo a garantir sustentabilidade ao crescimento projetado. O pior que pode acontecer agora é achar que esse potencial é independente das tarefas da estabilização. Mas isso fica para a proximidade.

■ Dionísio Dias Carneiro é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio